



ATA DA 58ª SESSÃO, EM 09 DE AGOSTO DE 2022

SESSÃO ORDINÁRIA

PRESIDENTE - DESEMBARGADOR GILSON BARBOSA

No dia nove do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às 14h, reuniu-se o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador Gilson Barbosa de Albuquerque. Presentes o Excelentíssimo Desembargador Cláudio Manoel de Amorim Santos e os Excelentíssimos Juízes José Carlos Dantas Teixeira de Souza, Érika de Paiva Duarte Tinoco, Maria Neíze de Andrade Fernandes, Adriana Cavalcanti Magalhães Faustino Ferreira e Fernando de Araújo Jales Costa. Presente, também, o Doutor Rodrigo Telles de Souza, Procurador Regional Eleitoral. Havendo número legal, o Desembargador Presidente declarou aberta a Sessão. Foi lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. **ORDEM ADMINISTRATIVA - Indicações, proposições e comunicações:** o Desembargador Gilson Barbosa 1) **saudou** o Desembargador Cornélio Alves, que se encontrava presente no Plenário, no que foi acompanhado pelos demais Membros; 2) **informou** que deu posse à nova Assessora de Comunicação, Jornalista Sara Cardoso; 3) **comunicou** que a portaria, com a escala de plantão dos Membros da Corte para as Eleições, seria publicada no DJe do dia 10 de agosto; 4) por fim, **convidou** a todos para se fazerem presentes à sessão solene em homenagem aos 90 anos da Justiça Eleitoral, a qual ocorreria após a sessão judicial. A Juíza Adriana Magalhães registrou a sua alegria em poder participar da celebração dos 90 anos da Justiça Eleitoral. O Juiz Fernando Jales 1) registrou a presença, no Plenário do Tribunal, dos advogados Cristiano Barros e Leornado Palitot; 2) **parabenizou** a nova assessora de comunicação do Tribunal, desejando sucesso em sua nova missão; e 3) **parabenizou** o Desembargador Gilson Barbosa pela celebração do nonagésimo aniversário da Justiça Eleitoral. Ao final do julgamento dos feitos administrativos, o Desembargador Presidente transformou a sessão ordinária em sessão solene em comemoração aos 90 anos da Justiça Eleitoral. Concedida a palavra, a mestre de cerimônia

convidou a todos para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional Brasileiro, executado pela Juíza Welma Maria Ferreira de Menezes, acompanhada pelo maestro Eli Cavalcante no piano. Em seguida, **o Desembargador Gilson Barbosa proferiu** breve pronunciamento, cujo teor consta da presente Ata. Ato contínuo, após o registro fotográfico da formação da Corte Eleitoral, **a mestre de cerimônia convidou** a todos para assistir vídeo institucional em alusão aos 90 anos da Justiça Eleitoral e, em seguida, ouvir, sob a regência do Maestro Eli Cavalcante, o Coral do TRE-RN. Novamente com a palavra, **o Desembargador Gilson Barbosa declarou** encerrada a sessão solene, oportunidade em que convidou a todos para, na esplanada, partir um bolo patrocinado pela Associação de Servidores da Justiça Eleitoral, em celebração aos 90 anos da Justiça Eleitoral. **JULGAMENTOS – REPRESENTAÇÃO Nº 0600258-28.2022.6.20.0000**. PROTOCOLO: 10495. ORIGEM: NATAL-RN. **RELATOR ORIGINAL: CLAUDIO SANTOS**. RESUMO: Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada. Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet. REPRESENTANTE: PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA - PDT - REGIONAL (RN). REPRESENTADO: RADIO NATAL REIS MAGOS LTDA e ROGERIO SIMONETTI MARINHO. **DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade, em acolher a preliminar de inépcia da inicial e, por voto de desempate, restando vencidos os juízes Erika Tinoco, Adriana Magalhães e Fernando Jales reconhecer a ilegitimidade passiva de Rogério Simonetti Marinho; no mérito, em dissonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em votar pela improcedência da representação, nos termos do voto do relator e das notas orais, partes integrantes da presente decisão. Anotações e comunicações. AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO Nº 0600106-77.2022.6.20.0000**. PROTOCOLO: 9941. ORIGEM: CARNAÚBA DOS DANTAS-RN. **RELATOR ORIGINAL: CLAUDIO SANTOS**. RESUMO: Justificação de Desfiliação Partidária. REQUERENTE: BARBARA de MEDEIROS DANTAS. REQUERIDO: PARTIDO SOCIAL CRISTAO - PSC - REGIONAL (RN) e PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC - MUNICIPAL (CARNAÚBA dos DANTAS/RN). **DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em autorizar a desfiliação partidária de BÁRBARA DE MEDEIROS DANTAS (Vereadora do município de Carnaúba dos Dantas/RN) do Partido Social Cristão - PSC/RN, sem a perda do respectivo mandato, nos termos do voto do relator, parte**

integrante da presente decisão. Anotações e comunicações. **AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DE DESFILIAÇÃO PARTIDÁRIA/PERDA DE CARGO ELETIVO Nº 0600125-83.2022.6.20.0000.** PROTOCOLO: 9996. ORIGEM: MOSSORÓ-RN. **RELATOR ORIGINAL: CLAUDIO SANTOS.** RESUMO: Justificação de Desfiliação Partidária. REQUERENTE: FRANCISCO CARLOS CARVALHO de MELO. REQUERIDO: PROGRESSISTAS - PP - REGIONAL (RN). **DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em autorizar a desfiliação partidária de FRANCISCO CARLOS CARVALHO DE MELO (Vereador do município de Mossoró/RN) do Progressistas - PP/RN, sem a perda do respectivo mandato, nos termos do voto do relator, parte integrante da presente decisão. Anotações e comunicações.**

REPRESENTAÇÃO Nº 0600206-32.2022.6.20.0000. PROTOCOLO: 10178. ORIGEM: PARNAMIRIM-RN. **RELATOR ORIGINAL: CLAUDIO SANTOS. RELATOR DESIGNADO: JUIZ FEDERAL JOSÉ CARLOS.** RESUMO: Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada. Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Outdoors. REPRESENTANTE: PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL - RN. REPRESENTADO: ALBERT DICKSON de LIMA. **DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por maioria de votos, em julgar procedente a representação, nos termos do voto condutor do Juiz José Carlos, redator para o acórdão, e das notas orais, partes integrantes da presente decisão. Vencidos o relator originário e o Juiz Fernando Jales. Anotações e comunicações.**

RECURSO ELEITORAL Nº 0600044-66.2021.6.20.0034. PROTOCOLO: 10549. ORIGEM: MOSSORÓ-RN. **RELATOR ORIGINAL: MARIA NEIZE DE ANDRADE FERNANDES.** RESUMO: Prestação de Contas - De Candidato. Cargo - Vereador. RECORRENTE: VINICIUS JOAO BEZERRA ALVES. **DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade, em consonância com o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, em conhecer e prover o recurso, nos termos do voto da relatora, parte integrante da presente decisão. Anotações e comunicações.**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600594-32.2022.6.20.0000. PROTOCOLO: 10929. ORIGEM: NATAL-RN. **RELATOR ORIGINAL: GILSON BARBOSA.** RESUMO: Minuta de Resolução. INTERESSADO: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL do RIO GRANDE do NORTE. **DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte, à unanimidade de votos,**

em harmonia com o parecer oral da Procuradoria Regional Eleitoral, em aprovar a minuta de resolução, que institui a Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica para as Eleições 2022, nos termos da Resolução TSE nº 23.673/2021. Anotações e comunicações. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600595-17.2022.6.20.0000. PROTOCOLO: 10930. ORIGEM: CAICÓ-RN. RELATOR ORIGINAL: GILSON BARBOSA. RESUMO: Requisição de Servidor. INTERESSADO: JUÍZO da 23ª ZONA ELEITORAL - CAICÓ/RN. DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade de votos, em harmonia com o parecer oral da Procuradoria Regional Eleitoral, em interromper o ato requisitório do servidor HELDER SHAKIELLY DE MEDEIROS, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, com efeitos a contar do dia 01 de agosto de 2022, nos termos do voto do Presidente, parte integrante desta decisão. Anotações e comunicações. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0600596-02.2022.6.20.0000. PROTOCOLO: 10931. ORIGEM: FLORÂNIA-RN. RELATOR ORIGINAL: GILSON BARBOSA. RESUMO: Requisição de Servidor. INTERESSADO: JUÍZO da 21ª ZONA ELEITORAL - FLORÂNIA/RN. DECISÃO: ACORDAM os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, por unanimidade de votos, em harmonia com o parecer oral da Procuradoria Regional Eleitoral, em interromper o ato requisitório da servidora JOSICLEIDE FRAGOSO DE ALBUQUERQUE, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Florânia/RN, com efeitos a contar do dia 15 de julho de 2022, nos termos do voto do Presidente, parte integrante desta decisão. Anotações e comunicações. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às quinze horas e cinquenta e três minutos. Do que para constar eu, _____, Secretária das Sessões (Yvette Bezerra Guerreiro Maia), lavrei a presente Ata, que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos presentes.

Desembargador Gilson Barbosa de Albuquerque
Presidente

Desembargador Cláudio Manoel de Amorim Santos
Vice-Presidente e Corregedor

Juiz José Carlos Dantas Teixeira de Souza

Juíza Érika de Paiva Duarte Tinôco

Juíza Maria Neíze de Andrade Fernandes

Juíza Adriana Cavalcanti Magalhães Faustino Ferreira

Juiz Fernando de Araújo Jales Costa

Dr. Rodrigo Telles de Souza
Procurador Regional Eleitoral

DESEMBARGADOR GILSON BARBOSA – PRONUNCIAMENTO

É com muita satisfação que presido este Tribunal quando a Justiça Eleitoral completa 90 anos. Criada em 1932, ela teve um papel importante na organização das eleições do país naquele instante da república em todos os níveis (federais, estaduais e municipais). A Constituição de 1937 representou um retrocesso para o processo democrático. Ela extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos e estabeleceu eleição indireta para presidente da República. Somente em 1945, a Justiça Eleitoral é restabelecida por meio do Decreto-Lei 7.586/1945.

No tocante à informatização, após muitos projetos, em 1982 foi publicada a Lei nº 6.996/82 que dispôs sobre a utilização do processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais. Três anos depois, em 1985, a Lei nº 7.444 tratou da implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e da revisão do eleitorado, que resultou no recadastramento de 69,3 milhões de eleitores.

Quanto à totalização eletrônica, já em 1989, foi possível realizá-la nos estados do Acre, Alagoas, Mato Grosso, Paraíba, Piauí e Rondônia. Em 1996, nas eleições municipais, a Justiça Eleitoral deu início ao processo de informatização do voto. No ano 2000, todos os eleitores puderam utilizar as urnas eletrônicas para eleger prefeitos e vereadores.

Mais de duas décadas depois de sua primeira versão, a urna eletrônica está cada vez mais consolidada como um instrumento seguro, célere e transparente. O sistema eletrônico de votação e apuração de votos no Brasil detém o respeito e a confiabilidade não só dos especialistas, cientistas e da comunidade acadêmica, mas também da sociedade.

Afirmo com convicção que, a cada eleição, o processo eletrônico de votação é aprimorado e sempre com a participação e fiscalização de partidos políticos, universidades, diversas entidades e órgãos, tais como, OAB e ABI, Polícia Federal, CGU, TCU e muitas outras.

Importante destacar que o voto feminino também completa 90 anos. O Rio Grande do Norte só tem motivos para se orgulhar da participação feminina na política. Em novembro de 1927, a professora Celina Guimarães Viana, em Mossoró, tornou-se a primeira mulher a se registrar como eleitora no Brasil. Em 1928, outra potiguar também seria pioneira. Alzira Soriano foi a primeira mulher da América Latina a ser eleita prefeita. Com 60% dos votos foi eleita prefeita de Lajes. Em 1934, a potiguar Maria do Céu Fernandes, nascida na cidade de Currais Novos, tornou-se a primeira mulher brasileira a ocupar a cadeira de deputada estadual.

A eleição é a festa da democracia, momento ímpar no qual a sociedade aponta para o caminho que deseja construir e trilhar. A Justiça Eleitoral é um instrumento para que a escolha popular e a soberania do voto sejam respeitadas e o faz com segurança, legalidade, transparência e celeridade.

Parabéns a todos que fizeram e fazem o engrandecimento da Justiça Eleitoral.

Muito obrigado!